

# O PROGRESSISTA.

PERIODICO POLITICO E NOTICIOSO.

INST. HIST. GEOG.  
Nova Iguaçu  
Tombo n.º JR-0146

Publica-se duas vezes por semana. Subscree-se na Typographia a 3:000 réis por trimestre, 5:000 réis por semestre e 10:000 por anno, pagos adiantados; e numero avulso 250 réis. Para os assignantes os annuncios até 20 linhas serão gratis, e para os que o não forem a 80 réis por cada linha: as correspondencias e quaesquer outras publicações de interesse particular pelo que se ajustar. —

## PARTIDAS DOS CORREIOS.

Para Pernambuco, Mamanguape, Goianinha e S. José, todas as quartas feiras. — Para S. Gonçalo, Ceará-mirim, Angicos, Assu, Príncipe, Jardim, Acary e Touros, nos dias 4 e 15. — Para Macão, Mossoró, Pão dos Ferros, Port'Algre, Campo-Grande, Apody, Caraúbas, Imperatriz, Assu, Sant'Anna do Mattos, nos dias 9 e 24 de cada mez.

## PARTE OFFICIAL.

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

2.ª secção. — Ministerio dos negocios estrangeiros Rio de Janeiro 27 de janeiro de 1864. — Illm e Exm. Sr. — Havendo alguns agentes diplomaticos estrangeiros suscitado duvida sobre a verdadeira intelligencia das disposições contidas no art. 7.º da convenção consular celebrada entre o imperio e a França, e nos artigos correspondentes das demais convenções identicas que temos com outras potencias: convém dar a V. Exc. conhecimento, para o transmittir ás autoridades competentes, da resolução tomada a semelhante respeito pelo governo imperial.

Segundo o que se acha expressamente disposto nos alludidos artigos, os consules só tem a faculdade de arrecadar e liquidar os espólios dos subditos das respectivas nações, quando estes fallecerem—1.º sem haver deixado herdeiros, 2.º ou excentores testamentarios 3.º ou quando os herdeiros forem desconhecidos, 4.º legalmente incapazes, 5.º ou estiverem ausentes.

E' pois claro que precisados assim os casos da intervenção d'aquelles agentes, não pôde nem deve ser ella admittida em quaesquer outros.

Invocando porém a ultima parte ou periodo dos artigos citados que diz «fica além disso attendido que o direito d'administrar e liquidar as successões etc. a pretendem os agentes diplomaticos estrangeiros que aos consules cabe sempre, em todos os casos, o direito de administrar e liquidar as successões dos subditos de suas nações fallecidos no Brasil.

A prevalecer semelhante intelligencia, o resultado seria que as referidas palavras do ultimo periodo do artigo em questao não devem ser entendidas como phrases subordinadas ás disposições anteriores, a que aliás rigorosamente se prendem, mas como tendo por objecto conferir aos consules uma attribuição muito mais ampla do que a contida na parte principal do mesmo artigo.

Mas uma tal doutrina repugna absolutamente a interpretação grammatical e logica do proprio artigo questionado.

A ultima parte ou periodo desse artigo não encerra uma disposição nova ou distincta: evidentemente refere-se apenas ás disposições anteriores, declarando nellas também comprehendidas, por virtude da lei de 10 de setembro de 1860, as heranças pertencentes á menores nascidos no Brasil, filhos d'estrangeiros.

Seguramente que ali não se confere aos consules, como o pretendem os mencionados agentes diplomaticos, o amplo direito de liquidar e administrar toda e qualquer successão de origem de sua nação.

As palavras já alludidas presuppõem, fora de toda a duvida, um direito concedido em outra parte da convenção aos consules; e se este direito não fosse o estabelecido nas disposições principaes do artigo controvertido, ficaria sem origem e sem norma.

Em outros termos a aceitar-se a pretendida intelligencia do periodo em questao, ficariam nullificadas todas as regras e disposições expressamente estabelecidas pelo artigo a que está incorporado e de que faz parte integrante o mesmo periodo, o qual, aliás, nada mais importa do que a declaração de que a faculdade outorgada aos consules de liquidar e administrar as successões dos subditos de suas nações, nos casos expressamente designados, cabe lhes ainda na hypothese de pertencer a herança a menores brasileiros, filhos d'estrangeiros, de conformidade com a autorização concedida pela lei de 10 de setembro de 1860.

Sendo esta a verdadeira e litteral intelligencia do art. 7.º da convenção com a França, e dos artigos correspondentes das demais convenções; e tendo neste sentido sido contestadas as reclamações dos agentes diplomaticos estrangeiros: o go-

verno imperial muito recommenda a V. Exc. que instrua as autoridades competentes d'essa provincia de que a intervenção dos consules na arrecadação e liquidação das heranças dos subditos de suas respectivas nações só pode ser admittida nas hypothses expressamente figuradas no artigo das convenções, de que me tenho occupado.

Renovo a V. Exc. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração. — Francisco Xavier Poes Barreto A S. Exc. o Sr. presidente da provincia do Rio Grande do Norte. Cumpra-se e registre-se. Palacio do governo do Rio Grande do Norte 28 de março de 1864. — Meira.

## GOVERNO DA PROVINCIA.

EXPEDIENTE DO DIA 14 DE FEVEREIRO.

Officio ao juiz de direito da comarca do Assu. — Em resposta ao officio de Vmc. datado de 4 do corrente, sob n. 23, declaro-lhe, que nesta data tenho encarregado do tratamento das pessoas pobres accommettidas da febre amarella nesse lugar o Dr. Luiz Carlos Lins Wanderley, a cuja disposição mando por uma ambulancia de medicamentos a dequados a esse fim. Dest'arte ficam dadas as providencias que Vmc. reclama em seu citado officio.

Dito ao inspector de saude publica. — Mande Vmc. preparar uma ambulancia de medicamentos proprios para a febre amarella, afim de seguir para a cidade do Assu a ser empregada no tratamento das pessoas pobres, que forem accommettidas da mesma febre, devendo a referida ambulancia ser entregue ao Sr. Julião Carlos Wanderley que para alli segue no vapor *Jaguaribe*.

— DIA 15. —

Officio ao inspector da thesouraria de fazenda. — Em resposta ao officio que V. S. me dirigio em data de 13 do corrente, declaro-lhe que approvo a deliberação que tomou, conforme o parecer da junta, de mandar proceder a nova avaliação do proprio nacional existente na rua Nova desta cidade, visto não ter comparecido licitante algum nos dias 27 de julho do anno proximo passado, e 11 do corrente, o que se attribue ao valor que lhe foi dado e tem servido de base.

Dito ao mesmo. — Communico a V. S. para os fins convenientes, que o promotor publico desta comarca bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia entrou hoje no gozo de 2 mezes de licença que lhe foi concedida com ordenado por esta presidencia em data de 6 do corrente, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Dito ao mesmo. — Pela verba « soccorros publicos » mande V. S. pagar ao Dr. Firmino José Doria a quantia de 80 rs, que dispense com o aluguel de 2 cavallos, que vieram da cidade de S. José para esta capital, e voltaram conduzindo medicamentos para serem applicados ás pessoas pobres accommettidas da febre amarella naquella lugar.

Dito ao administrador do hospital de caridade. — Mande Vmc. recolher ao hospital de caridade sob sua administração, para ser tratado convenientemente da molestia que padece, o individuo Antonio Gomes do Rosario Cacimba, que é desvalido, como attestou o reverendo vigario desta freguezia.

Dito ao 3.º suppleto do juiz municipal de Pau dos Ferros. — Vmc. me informe com urgencia qual a razão porque deixou o exercicio de juiz municipal desse termo, dando isto lugar assumido dito exercicio o pre-

sidente da camara municipal respectiva.

De igual theor ao 5.º suppleto do juiz municipal de Pão dos Ferros.

Dito a Manoel Pereira Leite do Rego, presidente da camara municipal de Pão dos Ferros, actualmente no exercicio de juiz municipal do mesmo termo. — Haja Vmc. de informar-me com urgencia sobre as accusações que lhe são feitas no abaixo assignado, que por copia lhe remetto.

Dito ao agente da companhia pernambucana. — O Sr. agente da companhia pernambucana mande dar passagem para o porto do Recife no vapor *Jaguaribe* que se espera do norte em um dos lugares de ré destinados para passageiros da provincia a Theophilo Orosinho da Cunha Souto-Maior.

EXPEDIENTE DO SECRETARIO.

Officio ao inspector da thesouraria provincial. — De ordem de S. Exc. o Sr. presidente da provincia communico a V. S. para os fins convenientes, que o director geral da instrucção publica desta provincia, bacharel Augusto Carlos de Amorim Garcia, entrou hoje no gozo de 2 mezes de licença com ordenado, que lhe foi concedida pelo mesmo Exm. Sr. em data de 6 do corrente, para tratar de sua saude onde lhe convier.

REQUERIMENTOS.

Joaquim Dantas de Maria. — Informe o Sr. director da instrucção publica.

Joaquim Hdefonso Emmerenciano. — Informe o Sr. director da instrucção publica.

D. Izabel Francisca de Quintal Barros. — Informe o Sr. Dr. chefe de policia.

Bacharel Ignacio Dias de Lacerda. — Concedo a prorrogação do prazo na forma requerida.

## O PROGRESSISTA.

I

Chegou finalmente, o n. 154 do famigerado *Correio Natalense*, que se foi publicar na cidade do Recife.

Saturado de mentiras, desabafos e insolencias, não sorprehendemo nem admirou, por que desde muito é esta a sua missao.

Excita hilaridade e ao mesmo tempo indigna o espectáculo que dá, quando brada ás armas á todos os órgãos da imprensa e ao governo por se haver negado um typographo á continuar em sua composicao.

A verdade aqui sabida de todos é, que o Sr. Mendonça, apenas o *Correio* collocou-se em hostilidade ao Exm. Sr. presidente, não se prestou a ser, como anteriormente, seu editor, o que sem duvida aconteceu pela certeza que teve da posicao baixa em que ia collocar-se esse periodico, prestando-se á calumnia, ao insulto e a tudo que ha de peor.

A apresentação de um novo editorahi se acha evidente á vista dos numeros publicados do principio de novembro ultimo em diante, comparados com os anteriores.

Dia chegou, em que foi tal o descomedimento, á ponto de recuar o typographo na propria composicao, sobre tudo ao ler um ar-

Doação de  
MALDICK PEREIRA



tigo intitulado *miscellanea*, no qual segundo elle mesmo confessa, era atassalhada a honra das familias dos adversarios politicos de um modo inaudito.

« A' tanto nao' me sujeito, disse o Sr. Mendonça; meu pai tem me aconselhado de Pernambuco que me deite fora da composição desta folha, e eu aproveito a occasião. »

Aqui d'Elrei! A imprensa está abafada pelo governo!

« *Risum teneatis.* »

E' provavel que essa *miscellanea* nao' tivesse sido publicada por falta de pessoa que a isso se prestasse na cidade do Recife, ou por conselho de alguém menos obstinado e melhor pensador.

Os homens do *Correio* procuraram áfinal convencer o publico do contrario com estas palavras salutaras. — « Preparados os artigos, que são os proprios, que em seguida publicamos, foram remetidos para a typographia. »

E' curiosa a historia referida pelo *Correio Natalense*. No artigo edictorial do numero citado vêem-se, logo no principio, estas palavras. « as provas do attentado ahi vão escriptas no artigo abaixo; nao' é uma simples accusação' arrancada ao espirito de opposição; ellas são de natureza a levar a convicção' aos animos mais desprevenidos! »

Ninguém, ao ler semelhante promessa, de se exhibirem *provas especificadas* poderia imaginar que pouco adiante tivesse de deparar com o trecho que se segue. « Ha factos que a simples exposição delles é por si só uma forte accusação', e como o de que tratamos, é desse numero, nada mais faremos do que expo-lo ao publico descarnadamente. »

Já nao' ha portanto *provas especificadas*; e appella-se para a exposição' dos factos.

E' facil comprehender a boa fé com que ella foi feita.

Affirma-se ter o Sr. Mendonça declarado que deixava de continuar a composição' do periodico, porque fora ameaçado de perder a patente de alferes da guarda nacional, porque receava perseguições. — Mais adiante inculca-se, que fora *comprado* para assim proceder!

Pergunta-se, d'onde teria sahido a quantia despendida, si da bolsa de S. Exc. ou da dos seus amigos; e conclue-se nestes termos « Quem poderia responder convenientemente era o chefe de policia interino, Dr. Joaquim Pedro da Costa Lobo, que poucos dias antes dessa transacção immoral, havia recebido seis centos mil réis para as despezas com a policia secreta, inventada sem duvida para remover embaraços taes. »

O Dr. Joaquim Pedro da Costa Lobo achando-se no lugar de chefe de policia interino desde o meado do mez de novembro do anno passado ainda nao' recebeu um vintem si quer para despezas da policia secreta, nem para qualquer outro fim semelhante!!!

Si alguma cousa tivesse recebido por fatal coincidência, oh que argumento invencível! — *post hoc, ergo propter hoc.*

Quando se falta a verdade, se inventa o se mente por tal forma acerca das cousas, a cujo respeito é tao' facil a mais exuberante contestação', faça idéa o publico e o governo de quanto nao' são' capazes aquelles que as procedem, no campo vasto das insinuações, das injurias e dos improperios!

Já no *Diário de Pernambuco* n. 60 de 14 do corrente se disse, e no *Correio* se repetio, que S. Exc. havia dado passagem de estado ao typographo, inculcando-se com isto um argumento heroico em favor das calumnias apregoadas.

E' falso, inteiramente falso que se houvesse dado até entao' semelhante passagem.

Foi somente no dia 21, depois que aqui chegou o diario, que S. Exc. concedeo-a, por que tendo o Sr. Mendonça lh'amandado pedir, seria uma necidade negar lhe por semelhante motivo aquillo que tem barateado aos proprios adversarios, como é facil provar-se.

Se S. Exc. tivesse feito o contrario, tambem d'ahi poderiam tirar argumento os cegos detractores, que, no seu delirio e requintada

malicia, attribuirão igualmente a retirada do Sr. Mendonça a ameaça do emprego de meios violentos: dir se-ia, que até uma passagem fóra negada, affirmar-se-ia, como já se affirmou, que S. Exc. procura por esta forma reter o typographo para não ir ao longe declarar a verdade.

O Sr. Mendonça é aterrado, e vive (diz o *Correio*) em harmonia com aquelles que lhe incutirão o terror, e manda pedir uma passagem a S. Exc. E' comprado e precisa de semelhantes favores! E' admiravel esta logica.

Vejão-se as proprias palavras do *Correio*. « *Accrescente-se á isto: primeiro que pela secretaria do governo se mandou dar passagem de estado ao referido typographo á fim de seguir viagem no vapor Mamanguape; segundo que sabendo-se que nós seguíamos tambem no mesmo vapor para esta capital e receando S. Exc. ser por seu turno atraído com alguma declaração que podessemos obter do typographo, sustou-lhe a viagem e á estas horas já lá está trabalhando na typographia do Progressista.* »

Eis ahi está o homem comprado por seiscentos mil reis, sem poder fazer viagem por falta de uma passagem do governo; ei-lo até já na typographia do *Progressista*, depois de aterrado?

*Risum teneatis?*...

S. Exc. abafou a imprensa para nao' serem discutidos os seus actos: eis o que se diz e se apregoa em alta grita.

Quando a imprensa desce ao papel, que tem representado o *Correio*, só pode prejudicar á aquelles que tanto abusou' della.

A facção adversaria tem na camara um deputado, que alastra constantemente as paginas do *Jornal do Commercio* com os seus communicados e discursos recheiados de fel; esta visto por tanto que a falta desse periodico na provincia jamais podia ser considerada como um meio de evitar a discussao', assim como a retirada de um typographo não pode ser jamais considerada a causa do seu annunciado aniquilamento, como pretenciosamente se inculca.

## II.

O *Correio* faz grande questão por haver S. Exc. privado do posto de alferes da guarda nacional o Sr. Augusto Joaquim de Carvalho.

Esse official requerêo em data de 15 de fevereiro um novo prazo para fardar se, e o requerêo muito depois de terminado o que foi estabelecido pela lei, quando devera o ter feito dentro delle.

S. Exc., á quem competia apreciar as allegações do peticionario, julgou-as improcedentes: foi por tanto privado do posto.

Aqui d'Elrei!

Affirma-se, que S. Exc. mandara de proposito marcar uma revista para surpreender o Sr. Augusto.

E' inexacto; nem para priva-lo do posto era necessario este meio, quando ahi estava competentemente informada a petição, em que havia exhibido a prova de nao' se haver fardado.

O *Correio* omitta tudo isto, e assevera que o presidente da provincia desautorara um official, que estava fardado, dando por causa não ter cumprido esse dever!!

E' sempre a mesma coragem, o mesmo cynismo!

Vejamos o resto.

O Sr. Augusto tendo sido avisado para a revista (em que nenhuma parte teve S. Exc.) e entendendo, lá para si, que havia razão' de sobra para ser indeferida a sua petição', apresentou-se fardado no dia 21 tendo para este fim *pedido emprestado o que não tinha*, como é publico, e bem se conhecia pela circumstancia de serem velhas algumas, si nao' todas, as peças do fardamento.

Bôa descoberta! Um official declara que nao' se fardou no tempo prescripto pela lei; pede para fazê-lo novo prazo, mas entende, ao cabo de 3 ou 4 dias, que pode *dispensar* o despacho do presidente, por que acha quem lhe empreste um fardamento, que deixou de

obter no espaço de 6 mezes, como lhe cumpria!

O Sr. Augusto depois daquelle requerimento nenhuma communicação' fez chegar a S. Exc. de que se houvesse fardado, *nem se fardou*. Quiz impingir; fez uzo de um maneio e de uma estrategia inconveniente, que nao' podia ser aceita, nem produziu effeito.

## III.

A demissão de tres empregados da secretaria do governo deu materia para levantar-se grande celeuma.

Por entre os raios sulfurosos que despedio disse o *Correio* muito razoavel « O que o empregado não pôde nem deve fazer, é apresentar se publica e activamente hostilizando o governo etc. »

« E defeito que cousa mais justificavel do que serem demittidos empregados de confiança que representam contra o presidente? »

Mas conclue que os demittidos não estavam no caso de o ser, como si elles tivessem procedido de outra forma.

Allega-se que são pobres, tem mulher e filhos etc.

E' publico e notorio, que esses empregados longe de corresponderem ao fim, para que haviam sido nomeados, constituíram-se agentes e mandatarios da opposição na secretaria, aonde não se dava um passo que deixasse de ser transmittido e revelado com a maior inconveniencia e escandalo.

Das proprias paginas do *Correio* por mais de uma vez se tem evidenciado este procedimento, só com a differença de serem os factos invertidos, e expostos com sacrificio da verdade.

E' publico e notorio nesta capital, que até se davam copias dos officios reservados dirigidos ao governo imperial.

E' sabido que um desses empregados andava pelas ruas com alarde agenciando assignaturas para representações contra o presidente da provincia.

E' igualmente sabido que subcreveram a uma representação dirigida á camara dos deputados, na qual expondo-se os factos maliciosos e infielmente, dizia-se que S. Exc. deixara de providenciar, porque protegia os desordeiros e aproveitava o ensejo para favorecel-os!

Um d'esses empregados affirmou semelhantes factos, como se os tivesse visto e presenciado, quando todos sabem, que achava-se de licença em lugar muito remoto da capital, aonde se allegou que foram postos em pratica.

Era impossivel a conservação de taes funcionarios, que tiveram tempo de mais para recuar de semelhante carreira: que o não fizeram, porque havia quem lhes assegurasse com todas as forças, que S. Exc. seria retirado, apenas se abrissem as camaras, e ao mais tardar, até o mez de fevereiro, que findou.

Empregados publicos ainda os mais subalternos entendem que lhes é permitido por a merecedores adversarios da administração os seus serviços trahindo o governo, a quem de mais a mais desaceitam. Não comprehendem o seu dever; trahem desvairados a propria consciencia; não se lembram de mulheres e filhos; e gritam e estrugem os ares, quando, depois de esgotada a paciencia e perdida a esperança de correção, vêem chegar-lhes ás mãos as suas destituições, dictadas por elles proprios com o seu procedimento intoleravel!

Mais acertado seria queixarem-se de si mesmos e de quem os arrasta caprichosamente para taes desvios, com tanto que satisfaca as suas paixões desregadas.

Devem ter por espelho o procedimento daquelles, que apesar de não pertencerem á situação dominante, sabem todavia respeitar a autoridade e não se prestão a maneios ignobéis.

Pense cada qual como quizer e lhe parecer, mas cumpra os seus deveres, um dos quaes é sem duvida acatar o governo, com quem serve, e cujo auxilio deve ser em virtude do seu cargo.

Pedir a destituição para oppor se-lhe decentemente, seria decoroso; aproveitar-se das vantagens do emprego para trahir, foi um procedimento altamente reprovado, indigno de homens que se prestam

## IV

Proclama-se que a lucta estava passada, que ao presidente da provincia cabia acalmar os animos e não proceder como procedeu.

E' uma irrisão, um verdadeiro escarneo ao bom senso.

« A lucta estava passada. »

E o que significa o *Correio Natalense* regorgitando de insultos, de apodos, bufonarias e desacatos de toda a ordem?!



Qual a injustiça ou mau tratamento pessoal que provocou tantas iras? . . .

Ao governo, quando proceda mal, censura-se ineffectiva se energicamente.

Não se atraiçoa nas posições officiaes; — nem é de cavalheiro a arma do insulto, baixa e abjecta, como a que se tem jogado.

A prudencia não significa fraqueza, assim como o desejo de só fazer o bem não é a impossibilidade de fazer o mal.

### A PEDIDO.

Rio Grande do Norte. Secretaria da policia 28 de março de 1864 — Ilm. Sr. — Rogo a V. S. que se sirva declarar, se, desde o dia 16 de novembro ultimo, em que entrei para dirigir interinamente a policia, até este, recebi por essa repartição, a fora os meus ordenados, quantia alguma grande ou pequena para as despesas da mesma policia de qualquer natureza, que ellas sejam, ou mesmo para outras de diversa ordem — Deus guarde a V. S. — Ilm. Sr. Inspector da thesouraria de fazenda desta provincia — O chefe de policia interino, Joaquim Pedro da Costa Lobo — Conforme servindo da secretario, Joaquim Guilherme de Souza Caldas.

Thesouraria de fazenda do Rio Grande do Norte em 28 de março de 1864 — Ilm. Sr. — Das informações da contadoria desta thesouraria, incluzas por copia, não consta que V. S. desde que serve o cargo de chefe de policia interino desta provincia, tenha recebido quantia alguma, a não ser os seus vencimentos pela folha competente. Creio ter assim satisfeito o que se dignou requisitar-me em officio de hoje datado — Deus guarde a V. S. — Ilm. Sr. Dr. Joaquim Pedro da Costa Lobo, chefe de policia interino desta provincia. — O inspector, Manoel Duarte Bogêa do Valle.

Ilm. Sr. inspector — Por esta secção não consta que o chefe de policia interino Dr. Joaquim Pedro da Costa Lobo recebesse nesta thesouraria quantia alguma desde o dia 16 de novembro do anno passado até esta data, a fora os seus respectivos vencimentos. E' quanto tenho a informar.

4.ª Secção da thesouraria de fazenda do Rio Grande do Norte em 28 de março de 1864. — O chefe, João Manoel de Carvalho — Conforme. — O official, Florencio da Costa Oliveira.

Ilm. Sr. inspector. — Do dia 16 de novembro ultimo em diante, nenhum dinheiro foi entregue ao chefe de policia interino Dr. Joaquim Pedro da Costa Lobo para despesas secretas de sua repartição, ou para outras quaesquer. E, o que tenho de informar a V. S.

2.ª Secção da thesouraria de fazenda do Rio Grande do Norte 28 de março de 1864. — O chefe, Ubaldo José da Cruz — Conforme. — O official, Florencio da Costa Oliveira.

### DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSAO' DE 21 DE JANEIRO DE 1864.

(Continuação do n. 64.)

O Sr. Moreira Brandão: — Determina a lei que a 3.ª chamada se faça sempre em dia posterior ao em que fôr a segunda, a hora annunciada pelo presidente ao encerrar a sessão do dia antecedente, devendo-se, para conhecimento de todos, affixar editaes em que esse dia e essa hora sejam designados.

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — A lei não diz que se affixem editaes.

O Sr. Moreira Brandão: — Não faço questão deste ponto; mas é certo que a lei quer que a 3.ª chamada se faça em dia annunciada na vespera.

O que vemos da confrontação das duas actas da formação da mesa e do recebimento das cedulas? Se não ha uma palpavel contradicção em que se mostra má fé, deste exame deste paralelo só pode resultar a verificação clara de vícios profundos e faltas insuperáveis.

Depois de concluida a formação da mesa no dia 9 de Agosto, passou-se a fazer a chamada dos votantes, principiando a 3.ª ás 3 horas da tarde do dia seguinte.

(Ha um aparte.)

Ainda concedendo-se que fosse o final

da 3.ª chamada que entao' teve lugar, não se resolve a difficuldade. Se a votação começou no dia 10, sem contestação a eleição não pode ser aprovada. Mas vejamos se começou no dia 9.

Supponhamos que sim. Onde está a prova de que a 3.ª chamada se fez em dia posterior áquelle em que se effectuáram a 1.ª e 2.ª?

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — Consta da acta.

O Sr. Moreira Brandão: — Acta diz que, compstta a mesa, passou-se a fazer as chamadas. (Ha um aparte.)

Eu quero supôr que a votação começasse a 9 e acabasse a 10. O 1.º juiz de paz na sua acta declara que apresentou-se na matriz no dia 9 ao meio-dia.

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — Foi a hora em que se lavrou a acta.

O Sr. Moreira Brandão: — Deste modo não é possível argumentar. A acta diz expressamente que no dia 9 de agosto o 1.º juiz de paz comparecera pelas 12 horas do dia. Foi então que se tratou de preencher as formalidades para a eleição dos membros da mesa; lavrou-se a acta respectiva, e passou-se ao recebimento das cedulas.

Decida agora a camara se é possível que, começando a chamada, não sei a que hora, mas nunca antes de 2 da tarde. . . .

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — Ainda mais se fez em Papari.

O Sr. Moreira Brandão: — Em Papari não aconteceu isto.

Principiando ás 2 horas, é possível que se fizessem nesse dia duas chamadas, que se tomasse nota dos nomes dos votantes que faltáram, fazendo-se delles uma relação como a lei recommenda?

E sabe a camara o numero dos qualificados? Eu vou dizer. 1.589.

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — Tem ahi a qualificação?

O Sr. Moreira Brandão: — Mas tenho a acta.

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — A acta é falsa.

O Sr. Moreira Brandão: — Pois mostre o nobre candidato o numero dos votantes qualificados em Goianinha.

Ninguém concebe, Sr. presidente, que se fizesse tudo isto das 2 horas da tarde até o fim do dia. Assim se prova que a acta é a expressão do impossível; ou então ha de se concordar que a 3.ª chamada se fez immediatamente depois da 2.ª, e que por tanto houve gravissima violação da lei. A camara não pode approvar o impossível nem a violação da lei em ponto essencial.

Qualquer que seja a interpretação que se dê a estes documentos, não pode com justiça ser approvada a eleição que combato.

Os Srs. Bezerra Cavalcanti e Leão Velloso dão apartes.

O Sr. Moreira Brandão: — Eu quizera poder responder a todos os apartes dos nobres candidatos; mas, estando tão adiantada a hora, e tendo eu ainda muito que dizer, vejo-me na impossibilidade de satisfazer ao meu desejo.

Não se julgue que é desconsideração para com os cavalheiros a quem me dirijo; mas eu sou forçado a seguir meu caminho, respondendo somente áquillo que me parecer não poder dispensar resposta.

Vou agora á questão capital de Goianinha, segundo ha pouco observou um dos nobres candidatos.

A eleição do 2.º juiz de paz é arguida de falsa. E' preciso que, antes de entrar nesta demonstração, faça uma declaração á casa.

Nesta eleição tive 9 votos: ainda quando fosse julgada nulla, approvando-se as outras conclusões do parecer, eu não ficaria prejudicado, seria sempre entre os votados o primeiro; por esta razão entro com toda a liberdade e sem escrupulo na sua apreciação. Talvez, se a minha eleição necessitasse dos votos de Goianinha, eu silencioso me sujei-

tasse ao juizo da camara; mas elles não influem no resultado da eleição, nem offendem as conclusões do parecer na parte que me dizem respeito.

Vou tratar da falsidade desta eleição, de que tanto se fallou na sessão precedente.

Senhores, para se provar que foi falsa a eleição de Goianinha, o que se apresentou nesta casa? Segundo pude ouvir, foi uma justificação, da qual não se tinha até entao' conhecimento, forao' attestados graciosos do vigario da freguezia, e creio que do commandante superior da comarca de S. José, e não sei se mais algum outro documento.

Argumentou-se tambem contra aquella eleição com a acta de uma sessão da camara municipal, e com algumas correspondencias do Jornal do Commercio e do Diario de Pernambuco.

O Sr. Leão Velloso: — E do Correio Mercantil.

O Sr. Moreira Brandão: — E do Correio Mercantil; e até com o silencio que se aguardou na provincia a respeito dessa eleição.

O Sr. Leão Velloso: — O silencio não porque quatro dias depois o Progressista dizia que não tinha havido eleição em Goianinha.

O Sr. presidente: — Attenção!

O Sr. Moreira Brandão: — Eu vou responder ao aparte, que seja dito antes de tudo, envolve uma inexactidão; o que se disse foi que não tinhamos da eleição noticias exactas; e isto não admira, quando se sabe o que é a repartição do correio do Rio Grande do Norte, e exemplos destes se reproduzem frequentemente.

(Ha varios apartes; o Sr. presidente reclama a attenção.)

Senhores, a justificação que foi offerecida nesta casa é um documento que eu não sei que força possa ter. Existe um juiz municipal no termo e seis supplentes; entretanto nella figura como juiz Antonio Luiz Nogueira de Moraes, que eu ignoro que seja ainda do numero dos mesmos supplentes, e que, se o é, como devo acreditar, não passa de 5.º ou 6.º, parecendo por isso escolhido de propósito; apresentou-se tambem como escrivão um individuo que foi nomeado ad hoc.

Em Goianinha ha dous escrivães, um do lado dos nobres candidatos, e o outro que tendo pertencido ao meu lado, sabe-se que está retirado da politica e nas melhores relações com os chefes do partido conservador.

Entretanto apresenta-se, como já fiz ver, um escrivão nomeado ad hoc, verificando-se ao mesmo tempo a falta de um e de outro!

Entre as testemunhas figurao' dous individuos que são eleitores na eleição favoravel aos nobres candidatos.

Senhores, nesta justificação ha circumstancias bem notaveis; note a camara, eu não a pude examinar, vi a de relance ainda agora por que m'a mostrou o nobre relator da commissão. Em primeiro lugar falta o requerimento inicial, segundo me pareceo.

Ha outro requerimento, ha um mandado e ha certidão de um official de justiça que declara ter notificado as pessoas interessadas.

Pareceo-me ainda que depois de ter-se marcado um dia para a inquirição das testemunhas, esse dia não conveio e allegou-se que faltou o escrivão ou o juiz.

Depois marcou-se o dia 15, creio que de dezembro, o official de justiça fez as notificações com data de 15, que ainda está bem visível, e depois emendou-se e escreveu-se 14!

Este documento que aqui apparece, por todas estas circumstancias, revela completa falsidade, ou ao menos dá lugar a serias desconfianças, não pode servir de fundamento para se declarar falsa uma eleição.

E teve-se ainda mais o arrojo de apresentar como tendo comparecido a essa justificação um dos interessados; entretanto que no lugar competente não se fez menção de seu comparecimento, e só afinal, depois de inqueridas as testemunhas, occorreu a alguém bem inspirado, que se devia dizer que estava presente, sem que este individuo assignasse a justificação, ou por outro modo conste



a sua presença. Os outros interessados não comparecerão, e não é crível que assim acontecesse, se fossem realmente notificados.

Quem tivesse a coragem de afrontar a opinião pública, fazendo uma eleição falsa, não hesitaria em sustentá-la e defendê-la na presença de um juiz.

Senhores! apresentou-se um attestado do vigário da freguezia; eu não direi coisa alguma em desabono desse sacerdote, que é também eleitor do partido adverso.

O Sr. Leão Velloso: — Tem alguma coisa que dizer do seu caracter?

O Sr. Moreira Brandão: — O nobre candidato quer me levar para uma questão toda odiosa....

O Sr. presidente: — Mas não se deixe levar.

O Sr. Moreira Brandão: — ..... quer que analise os caracteres de minha provincia; mas eu não seguirei este exemplo que outros têm dado, e em que presumo que podia sair-me com vantagem; eu não fallarei de individuos que me são adversarios, para lhes descobrir os defeitos, e menos para calumniá-los; e o nobre candidato sabe que eu sou incapaz de assim proceder.

A minha missão aqui é muito mais alta e muito mais nobre.

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — E' melhor fallar no tribuna do que nas trevas.

O Sr. Moreira Brandão: — Não respondendo a este aparte, porque respeito a esta augusta camara, porque devo respeitar-me e respeitar os meus nobres collegas.

O Sr. presidente: — Trate da materia.

O Sr. Moreira Brandão: — Não direi coisa alguma acerca do Sr. Manoel Ferreira Borges, meu adversario e immediatamente interessado na questão de que ora me occupo; mas refiro-me ao Sr. commandante superior Antonio Bazilio, que informou sobre a eleição de Goianinha, e digo que elle residindo e estando ao tempo da eleição em outra parochia e em outro municipio só podia dar o attestado que deu por informações, e estas informações podiam ser e naturalmente seriam de pessoas suspeitas.

Se quizesse tomar tempo à casa, eu recordaria que o illustre candidato em 1861, fallando aqui sobre a eleição de Papacaya, recusou o testemunho do juiz de direito de Garanhuns, e sustentou que seus attestados não podiam merecer fé porque não residia no lugar e devia levar-se por informações.

E' o mesmo que direi acerca do Sr. Antonio Bazilio, sem querer por modo algum deprimir o seu caracter, que respeito, embora meu adversario politico.

Senhores, lêo-se aqui também, para provar a falsidade da eleição de Goianinha, um documento que prova o contrario; refiro-me a acta de uma sessão da camara municipal, quando foram entregues as actas da eleição primaria que me é favoravel.

O Sr. Leão Velloso: — Em 26 de outubro.

O Sr. Moreira Brandão: — Sabe-se que essa camara é composta em grande maioria, senão unanimidade, de membros do partido conservador; entretanto quando taes actas lhe foram presentes, apenas alguns dos mais interessados e também eleitores pela duplicata contraria, impugnaram essa eleição, por que dava-se o defeito de figurar na mesa um individuo com seu genro e irmão; declarando mais que era ella a duplicata e que havia sido feita com outras irregularidades.

Mas nesse documento nenhuma palavra se encontra que possa provar que a eleição seja ficticia.

Pois é crível que homens interessados em desacreditar uma eleição, chegando-lhe às mãos o livro ou caderno das actas dessa mesma eleição, e tendo-lhe feito reparos por taes e taes irregularidades, não dissessem que a eleição era falsa? E esta omissão, este silencio sobre a questão principal não faz presumir que a eleição é verdadeira?

Foi só depois que entenderão dever lan-

çar mão desse recurso, dando esta eleição como falsa, por que de outro modo não poderia ser julgada nulla!

Senhores, o que importa, o que vale a circumstancia de ter se dito em um periodico da provincia, que de Goianinha não havia noticias exactas acerca da eleição 12 ou 14 dias depois? O que importa isto para daqui se concluir que realmente a eleição não houve? Nós sabemos, ou pelo menos os nobres candidatos devem saber que quando se procedeu a eleição secundaria na provincia, 25 dias depois foi que se publicou na capital o resultado de alguns collegios, que, como Macaé e Assu, não distam mais de 40 a 50 leguas; e a eleição primaria da Imperatriz, cuja noticia podia chegar em 5 ou 6 dias, foi ali completamente desconhecida por mais de 30 ou 40; os Srs. candidatos sabem que o serviço do correio é o mais irregular que é possível, e às vezes acrece a isto o descuido das partes interessadas. Não sei pois como de um facto tão simples se possa concluir que a eleição é falsa.

Fallou-se também das correspondencias publicadas no *Jornal do Commercio*, nas quaes se dava o lado do nobre candidato como victorioso em Goianinha.

Senhores, se prevalecesse este argumento prevaleceria contra muitas outras eleições ou pelo menos contra algumas. O nobre candidato sabe que em Touro obtiveram os liberaes, contra a policia e a maioria da mesa, um triumpho completo; e apezar disso, publicou-se nessas mesmas correspondencias que haviamos sido vencidos pelos conservadores.

Em Extremoz tivemos eleitores, e se deu como dos nobres candidatos o triumpho. Por consequencia o correspondente, que se deve suppor de boa fé, não ha duvida que estava mal informado. Também se trouxe o *Mercantil*, mas o *Mercantil* deu uma noticia que podia ser colhida dessas mesmas correspondencias, porque elle não declara a fonte donde ella partiu, e nada é mais natural entre jornaes do que transcreverem ou extrahirem noticias uns dos outros.

Eu podia ainda, a proposito dos argumentos adduzidos contra esta eleição, citar precedentes muito valiosos, opiniões muito autorizadas, e a propria opinião do nobre candidato sobre a maneira por que devem ser consideradas provas desta ordem, mas não é possível que a esta hora faça semelhante leitura.

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — Ha de ser-lhe difficil achar-me em contradicção.

O Sr. Moreira Brandão: — Sr. presidente, eu tenho necessidade de tornar-me laconico; se ainda me couber a palavra, pode ser que toque em alguns pontos que vou agora deixando à parte. Passarei á freguezia de S. Rita do collegio de S. Bento.

Além de todas quantas irregularidades se podem imaginar nesta eleição, se deram duas capitais. Vejamos: 1.ª, concorreram para a formação da junta de qualificação os eleitores e supplentes, e para a formação da mesa parochial os juizes de paz e supplentes, allegando-se que não estavam approvados os eleitores da legislatura finda, de maneira que para a qualificação estavam approvados, e para a eleição não estavam. Não se pode deixar de reconhecer que aqui ha não só uma irregularidade, mas uma falta, um abuso, que só por si vicia a eleição, ou a qualificação de que ella depende.

A 2.ª irregularidade, que denominei capital, é que não só se fizeram tres chamadas em um dia, mas fez-se todo o processo eleitoral, formou-se a mesa, correu a votação, lavraram-se as actas, emfim tudo se começou e concluiu no dia 9 de agosto! Consta da acta....

O Sr. Bezerra Cavalcanti: — O que não pode ser senão descuido ou erro de copia.

(Continua.)

## COMMUNICADO.

A ADMINISTRAÇÃO DO CORREIO.

1

O administrador do correio desta cidade, o Sr. João Ignacio de Loyolla Barros, acaba de praticar um acto violento e arbitrário, sobre o qual não posso deixar de pedir a attenção dos Exms. Srs. presidente desta provincia, e ministro da agricultura, commercio e obras publicas para que se dignem de providenciar em ordem a conter esse empregado na orbita de seus deveres; não permitindo que as pessoas que tem a infelicidade de ir áquella repartição, além de se verem oneradas com a enorme despesa com seguros, em razão de não terem a menor confiança no Sr. administrador, sejam por este constantemente apouquadas com exigencias estultas e caprichosas, maltratadas, e cobertas de injurias quando por ventura reclamam contra tão insolito procedimento. Eis o facto. Hontem a tarde, por occasião da chegada do vapor *Cruzeiro do Sul* mandei um meu sobrinho áquella repartição segurar uma carta com direcção ao Dr. Frederico Augusto Pamplana, residente no Rio de Janeiro. Apresentada a carta ao Sr. administrador não quiz este segurá-la, allegando faltar a palavra—segura, e nome do segurador, que com effeito, por causa da pressa, havia esquecido escrever no fecho da mesma. Preenchida esta formalidade, e não desejando perder a oportunidade, dirigi-me á repartição do correio, e apresentando a carta ao Sr. administrador, pedi-lhe que a segurasse; mas Sme. que sempre se acha em um estado de irascibilidade insuportavel, e que está acostumado a tratar a todos com a insolencia e brutalidade, que lhe é reconhecida, pelo que já algumas vezes ha soffrido physicamente, respondeu-me que já havia declarado que não segurava a carta!

Eu sabia que o Sr. administrador tinha-me desafeição, não porque eu o houvesse offendido de qualquer maneira, mas somente, porque, não girando eu no pequeno circulo em que Sme. gira, suppoz-me seu adversario politico; sabia perfeitamente que Sme. sendo dotado de uma insensibilidade physica e moral á toda prova, estava apto para tudo; e por tanto devia retirar-me para evitar de ser tratado com os mesmos insultos e improperios com q' Sme. ha mimosado as pessoas mais gradas e respeitaveis desta cidade, pelo que já ninguém ha que queira ir ao correio; mas conhecendo que em tudo isto havia um proposito de retardar a minha correspondencia, como tem succedido com a de muitas outras pessoas, que disto se queixam, proposito já um pouco manifestado pelo facto de ter Sme. um dia antes recusado vender-me sellos volantes, que havia mandado comprar; e que assim ficavam os meus negocios particulares preteridos, reclamei que a carta fosse segura, uma vez que ella se achava nas condições exigidas pelo regulamento; isto é, feixada, lacrada em tres lugares diversos, com o sinete de meu uso applicado sobre o laço, e nome do segurador e como foi visto, e examinado pelos Srs. capitão Brito, cirurgião Machado, Solsona, Aureliano, e outras muitas pessoas, que estavam presentes; bem como pelos Srs. Drs. Albuquerque, e Chaves, á quem logo que sahi do correio apresentei a carta em questão. O Sr. administrador, porém, longe de attender a tão justas reclamações, escumando como um hydrophobico prorompeo em injurias contra mim, pondo-me o afrontoso epitheto de—patife, e bandalho, e lançando-me fóra da sua repartição, e isto em gritos tão descompassados, que diversas pessoas acodiram a porta!

Não tendo outro recurso senão ceder a violencia, fui immediatamente queixar-me ao Exm. Sr. presidente, que também por sua vez teve occasião de verificar que a carta estava nas condições exigidas pelo regulamento.

Costa crer que haja um funcionario publico que proceda por semelhante forma. Nunca se viu uma administração de correio tao' repassada de erros, e apodrecida de miserias, e sobre a qual a opinião publica haja pronunciado com mais justiça uma condemnacão.

Natal, 15 de março de 1861.—Alexandrinio Christino de Oliveira.

## Annuncio.

O bacharel José da Cunha Figueirêdo Junior em o seu escriptorio de advocacia na cidade do Recife, na rua estreita do Rosario n. 28.

Typographia Liberal Rio-grandense: Impressor, Joaquim Francisco de Sousa Lima.